



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681392 - RJ (2021/0226948-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : YURI SENA DIAS DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de YURI SENA DIAS DA SILVA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Apelação Criminal n. 0253637-78.2017.8.19.0001).

O paciente foi condenado como incurso nas disposições do art. 157, § 2º, I, do Código Penal (duas vezes, n/f do art. 70 do Código Penal), à pena de 06 anos, 02 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e 26 dias-multa, no mínimo legal, negado o seu direito de recorrer em liberdade.

A defesa sustenta a ausência de provas da autoria do crime, o que acarreta total ilegalidade a sua liberdade.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para que o paciente possa recorrer em liberdade e, no mérito, seja absolvido do crime a ele imputado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, observa-se que foram declinados os fundamentos para justificar a manutenção da custódia cautelar do paciente (e-STJ fl. 82):

A defesa do réu não convence, porquanto, efetivamente, as fotos são compatíveis que a primeira descrição fisionômica que a vítima fez no dia dos fatos quando registrou ocorrência na DP, a saber: “um homem de bicicleta, aparentando 20 a 22 anos, altura mediana, bem magro, cor parda, cavanhaque, trajando casaco de molleton preto com capuz e calça comprida.”

Não se pode desconhecer que as duas vítimas reconheceram em juízo o réu, muito embora tenham percebido algumas alterações na fisionomia, o que é natural devido ao decurso de tempo.

Não procede a versão da defesa técnica de que ocorreu apenas uma coincidência do nome Yuri quando as vítimas descobriram um perfil em rede social. Não me parece ter havido uma acusação temerária das vítimas, mormente porque sequer elas sabiam o nome do meliante, sendo certo que as vítimas retornaram na Delegacia por terem reconhecido a fisionomia do elemento nas redes sociais numa conta de facebook onde se postavam fotos com apologia ao crime.

Portanto, a sentença não merece reparação neste ponto, uma vez que restou amparada por robusto lastro probatório colhido através da instrução processual, levando o magistrado a formar um juízo de certeza. No que se refere à dosimetria da pena, igualmente não merece prosperar o pleito subsidiário de afastamento da causa de aumento de pena referente ao emprego de arma de fogo, vez que é desnecessária a apreensão da arma quando as vítimas relatam de forma contundente que houve uso de armamento com potencial lesivo na empreitada criminosa.

Assim, ao contrário do que a defesa aduz, observa-se que a fundamentação do acórdão combatido, o qual manteve a segregação cautelar do acusado, demonstra de maneira suficiente e adequada o fator que consubstancia a necessidade da prisão como ferramenta *periculum in libertatis* garantidora da ordem pública, em virtude da periculosidade concreta do paciente, representada pelo modo de execução do crime.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência